

A PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

THE PRACTICE OF READING AND WRITING IN JOURNALISTIC TEXTS AND
WOMEN'S EDUCATION

Loraine Lopes de Oliveira 1¹

<https://orcid.org/0000-0002-2127-9122>

Vera Lucia Martiniak 2²

<https://orcid.org/0000-0003-3092-9817>

Resumo:

O texto tem por objetivo apresentar as práticas de leitura e escrita no início do século XX adotando como objeto de estudo os textos produzidos por mulheres e publicados nos jornais que circularam neste período. Na primeira república o ideal de mulher propagado era aquela que não criticasse, que evitasse comentários desfavoráveis e que tivesse uma postura recatada. Diante da dificuldade do acesso aos livros escolares surgiram outras fontes de leitura como os textos impressos. Foi nesse período que os pequenos jornais se transformaram em gráficas e democratizou-se o acesso ao conhecimento por meio da leitura e escrita de textos em jornais produzidos por mulheres e publicados para a população. Em termos de procedimentos teórico-metodológicos de caráter qualitativo e trata-se de uma pesquisa documental que tem como fonte histórica os jornais veiculados no início do século XX no Paraná. A partir dos textos jornalísticos as escritoras denunciaram as relações sociais e contradições presentes na sociedade marcadamente patriarcal, bem como as condições e oferta de educação para as mulheres.

Palavras-chave: Educação de mulheres. Leitura e escrita. Século XX. Paraná.

Abstract:

This article aims to present the reading and writing practices at the beginning of the 20th century. The texts produced by woman and published in journals of that period are the object of study. During the First Republic, the ideal woman was the one that did not complain, avoided negative comments and had a demure attitude. Confronted with the difficult access to schoolbooks, other reading sources emerged, such as printed texts. It was during this time that small newspapers came to be print shops, and the access to knowledge became more democratic through reading and writing for newspapers that were produced by woman and published for the population. In terms of theoretical and methodological procedures and qualitative conditions, it is a documental research, that has as historical source the newspapers of the early 20th century, in Paraná. Based on the journalistic materials, the writers report the social relations and contradictions present in the society, notable patriarchal, as well as the conditions and provision of education to women.

¹ Mestre em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

² Doutora em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

Key words: Women education. Reading and writing. 20th century. Paraná.

INTRODUÇÃO

Na primeira república o ideal de mulher propagado era aquela que não fizesse críticas, que evitasse comentários desfavoráveis e tivesse uma postura recatada. Também foi um período em que o baixo nível de educação feminina reafirmava a visão conservadora da sociedade e a distinção entre o homem e a mulher, perpetuando a supremacia masculina no qual o “destino” das mulheres era o casamento e a maternidade. Com isso eram poucas mulheres que circulavam em espaços predominantemente masculinos, pois a profissão “melhor vista” pela sociedade era a carreira do magistério. Contudo, algumas mulheres se sobressaíram e contrariaram os padrões da sociedade republicana ao publicarem textos em jornais, tornando-os espaços de crítica à educação da época.

Em um país com contingente heterogêneo e diverso poucas pessoas eram letradas e a maioria estava excluída do processo de escolarização. A instrução pública centrava-se no ensino da moral e cívica, leitura e escrita, noções gerais de gramática, aritmética, sistema métrico, desenho e também a disciplina de prendas domésticas para a educação das meninas.

Para que fosse cumprida a obrigatoriedade do ensino o Estado financiava as crianças que precisassem de ajuda material, pois de outra forma elas não frequentariam a escola. Os meninos pobres receberiam papel, penas, tintas, livros e compêndios necessários para o ensino. Nas escolas públicas e particulares só seriam admitidos livros autorizados pelo inspetor geral.

Contudo, diante da dificuldade de acesso aos livros escolares, outras fontes de leitura surgiram neste contexto. Foi nesse período que os pequenos jornais se transformaram em gráficas com estruturas complexas e equipamentos automatizados, adotando padrões estrangeiros para suas edições. A imprensa se diversificou e publicações voltaram-se para públicos específicos, como as mulheres, por exemplo (Sodré, 1983). A partir dos textos jornalísticos as escritoras denunciaram as relações sociais e contradições presentes na sociedade marcadamente patriarcal bem como as condições e oferta de educação às mulheres.

Assim, o texto tem por objetivo investigar as práticas de leitura e escrita das mulheres paranaenses no início do século XX, adotando como objeto de estudo os jornais que circularam neste período.

Para tanto em termos de procedimentos teórico-metodológicos a primeira parte do texto contextualiza historicamente a sociedade paranaense no início do século XX, principalmente a situação precária e o descaso com a instrução pública. A organização educacional legitimou o dualismo educacional que reproduziu a discriminação e a manutenção da estrutura econômico-social. Por outro lado, a expansão da imprensa no Paraná favoreceu a democratização do acesso à informação e à leitura para as mulheres. Posteriormente a partir de excertos de textos dos jornais escritos por mulheres apresentam-se os acontecimentos e os fatos sociais entrelaçando as vozes e o protagonismo feminino.

O ENSINO PRIMÁRIO NO PARANÁ

Após a emancipação da Comarca de São Paulo, a educação na Província do Paraná encontrava-se em uma situação precária. Até aquele momento, a relação com a comarca, devido à distância, era marcada pelo descaso e pela negligência em relação às necessidades do interior, uma vez que a província era uma extensão da economia paulista. Apenas uma minoria da população frequentava os cursos de primeiras letras, enquanto o ensino secundário era praticamente inexistente e o pouco que havia na capital atendia a demanda local e do interior da Província. A nova máquina administrativa recém constituída foi representada por homens que se dedicavam ao comércio, e um dos desafios dessa elite era atrair os governados para sua administração. A instrução pública foi utilizada para chamar a atenção da população, pois além de o governo conquistar maior visibilidade por meio da educação, teria também mão de obra melhor formada.

O ensino na província foi organizado por meio do Regulamento de 1857 que estipulou a criação de escolas públicas e particulares. As primeiras ministravam o ensino gratuito a todos com exceção das casas de asilo que atendiam os indigentes, já as segundas, eram mantidas por particulares ou associações, sendo habilitadas e inspecionadas pelo governo. O regulamento também abordava a obrigatoriedade do ensino como uma das alternativas para a frequência escolar, mas discriminava socialmente os escravos que eram proibidos de matricularem-se nas escolas. Essa exigência da legislação com teor aristocrático refletia os interesses e as necessidades da sociedade da época, uma sociedade baseada na escravidão, para quem a instrução representava apenas um meio para perpetuar a dominação.

Um novo regulamento foi aprovado em 1871, tratando da Instrução Pública Primária e o ensino particular. Estabeleceu-se que a instrução seria gratuita incluindo no programa a instrução religiosa que contemplava as orações e o catecismo, abrangendo tanto o Velho quanto o Novo testamento. Nas escolas destinadas ao sexo feminino, além das disciplinas de leitura, caligrafia, gramática, língua nacional e aritmética seriam ensinados diversos trabalhos manuais com agulha.

Cinco anos depois, foi aprovado o Regulamento Orgânico da Instrução Pública, considerado como uma legislação completa e a mais bem elaborada do período provincial. O objetivo desse regulamento foi reestruturar as diretrizes educacionais do ensino público e determinar a obrigatoriedade da frequência às aulas.

O final do século XIX e início do XX foram períodos de transição do Império para a República, caracterizados por mudanças significativas como a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pois o capitalismo marcado pela valorização do trabalho e do lucro não tem razão de existir e se manter numa sociedade escravocrata (Costa, 1999). Numa sociedade capitalista o trabalho representa o dinheiro e a posse tendo como consequência para o homem a dependência deste sistema, pois a constante necessidade do trabalho e do dinheiro constitui-se na “[...] verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. A quantidade de dinheiro torna-se progressivamente a sua única propriedade” (Marx, 2001, p. 149).

Como resultado novos padrões comportamentais, expectativas e valores de uma civilização moderna passaram a se voltar para o progresso e para educação foi atribuído o papel de provedora da modernização do país. Assim, passou-se a buscar um país civilizado e moderno, entretanto a diversidade cultural, a heterogeneidade e a desigualdade social eram elementos que dificultavam a conquista de um país desenvolvido. Para gerir as desigualdades sociais foi preciso estabelecer uma regulamentação jurídica e um discurso que legitimasse “as desigualdades sociais através da ideologia da igualdade natural entre os homens” (Noronha, 2004, p. 56). No projeto republicano a educação fundou-se nos pressupostos da igualdade natural vista como instrumento civilizador a fim de:

Homogeneizar a república composta, de uma população tão heterogênea e diversa. A pedagogia liberal então se concentra nesse esforço de transformar o “súdito em cidadão” e em trabalhador. Os temas eram então o civismo e o nacionalismo. E a educação escolar era colocada como uma medida de profilaxia social, na formação do “homem novo” para a sociedade urbano-industrial que aos poucos se consolidava (Noronha, 2004, p. 73).

Acreditava-se que a instrução poderia moralizar o povo, higienizar espaços sociais e alfabetizar para a política. Nesse sentido, Nagle (1974, p. 113) aponta que para o novo governo “[...] a estrutura política, econômica e social da Nação apresentava-se instável porque sobre ela pesa a grande massa de analfabetos, que lhe ameaça as bases”. Assim, o ponto central para a conquista da civilização é o sujeito alfabetizado, pois, sem ele não haveria “[...] nem progresso, nem cultura, nem evolução, nem preparo, nem organização, nem previsão, nem civismo, nem patriotismo” (Nagle, 1974, p. 133). A alfabetização seria o pontapé inicial da educação primária. Exemplo dessa compreensão da educação como instrumento modernizador é esse recorte do jornal Diário dos Campos (1914):

É triste que, após mais de quatrocentos anos de existência a instrução primária no Brasil, também, não tenha alcançado o desenvolvimento que todos auguram a este grande paiz. (...) Sem instrução da massa popular, sem o seu realçamento social, não se obtem o progresso da sociedade, no seu todo, enquanto não se eleva o meio sem melhorar os indivíduos. O progresso é um triumpho [...] Somente a instrução fará compreender aos homens que elles não devem a prosperidade da força aos decretos [...] mas simplesmente do trabalho intelligente, continuo, methodico [...] É obrigação de todos elles que amam o paiz, os próprios eguaes, trabalhar por levar a todos a crença indispensável na efficácia das vontades livres e esclarecidas, a convicção de que a educação popular deve ser o principio fundamental de toda a politica republicana [...] (Diário dos Campos, ed. 1220, 26 nov. 1914).

O jornal impresso esboça uma crítica à precariedade da educação brasileira já que esta deveria ser um meio para modernizar o país, para conseguir o progresso da sociedade. Segundo os republicanos, o desenvolvimento não seria alcançado sem “melhorar” os indivíduos.

A expansão e obrigatoriedade do ensino atuaram como peça importante na construção da república, pois foi o espaço propício para gerar o cidadão moderno. A função ideológica de

construção da nova sociedade pautada na ordem e progresso coincidem com o movimento de libertação da mulher do espaço privado, proporcionando o ingresso das mulheres na escola. Assim, o discurso ideológico que aproximava a profissão do educador à vocação, desvalorizando-o financeiramente e introduzindo a mulher como peça fundamental desse processo, encaixou-se apropriadamente no perfil da docência. Os homens foram retirando-se do lócus da escola e assumindo postos de trabalho nas fábricas, indústrias e demais serviços que surgiram com a sociedade capitalista. (Alves, 2006).

A imagem da mulher como símbolo da pureza e amor se estruturou nos finais dos oitocentos e consolidou-se ao longo do século XX. Os limites da convivência entre os sexos eram claramente definidos, sendo que, “[...] das mulheres esperavam-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política” (Almeida, 2007, p. 95).

Dentro desse quadro foram criadas instituições de ensino superior e secundário, que ficaram sob responsabilidade da União, sendo que os estados ficaram incumbidos de prover a manutenção e organização da instrução primária e do ensino profissional, que compreendia as escolas normais para as mulheres, e as escolas técnicas para os rapazes.

No início do século XX mais de 70% da população residia na zona rural e apesar deste contingente residir no campo as medidas educacionais priorizavam as áreas urbanas em detrimento das escolas localizadas na zona rural. Nas áreas rurais o tipo predominante de instituição escolar de ensino primário foi a escola isolada, regida por um professor, ensinando em uma mesma sala alunos de diferentes níveis de aprendizagem. Ao mesmo tempo em que os grupos escolares eram consolidados pelo governo, as escolas isoladas se configuravam, como um mal necessário que deveria desaparecer do cenário educacional, uma vez que eram marcadas pela precariedade e incipiência (Souza, 2012).

Com a educação tornando-se um instrumento de difusão das letras e meio para civilizar a população foi preciso expandir as escolas primárias, aumentando a necessidade de professores formados. Assim, foi preciso aumentar o número de escolas normais para garantir a formação de docentes que atuariam no ensino primário.

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

O Estado republicano trouxe a escola como um lócus de domesticação, de cuidado, amparo e amor. Essa visão de educação se estendeu até as décadas seguintes da república, colocando nas mãos femininas a responsabilidade de educar a infância, de modo a moralizar os costumes. Independente do trabalho laborativo ou ocioso a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, por isso necessitava da tutela de um homem ou marido (Saffioti, 1976).

Além dessa visão do magistério como prolongamento do lar o exercício da docência no ensino primário era pouco remunerado, o que fez com que os homens se afastassem do magistério

para ocupar cargos administrativos na escola ou outras profissões que possibilitassem maiores ganhos.

No decorrer dos séculos as construções ideológicas acerca do feminino pautaram-se na inferioridade da mulher o que acabava por determinar as representações sociais de sua imagem e sustentar o controle pessoal e profissional. Almeida (2006, p. 3) afirma que “[...] os estudos sobre a profissão docente se defrontam com o dado inequívoco de sua feminização, impondo-se a interface com as questões de gênero, [...]”. Nesse sentido a autora salienta a importância dos estudos sobre o magistério quanto à sua gênese, ou seja, quanto à sua origem, do ponto de vista da história da educação o que permite o entendimento dos problemas da profissão.

Almeida (2014) destaca que a inserção feminina no magistério pode ser vista como resposta às demandas do projeto liberal republicano tendo como meio para o progresso a universalização da escolaridade. É pertinente destacar que o momento de inserção das mulheres no magistério coincidiu com as primeiras reivindicações pela liberação feminina, pela superação das desigualdades e das injustiças sociais.

Não obstante as mulheres terem conquistado determinados avanços como o acesso a formação profissional e a algumas profissões a mentalidade de mulher do lar continuava impregnada na sociedade sendo que o trabalho só poderia ser bem visto se significasse o cuidado, pois o conceito de vocação disseminava-se na sociedade de forma a legitimar aumento do número de mulheres no magistério.

A pequena importância atribuída à educação feminina ocasionou marginalização profissional e conseqüentemente atuações periféricas, depreciação das condições intelectuais e de atuação social fora do âmbito familiar. A educação foi e é um espaço privilegiado o qual ratificou a manutenção dos mitos de inferioridade intelectual da mulher. No excerto do Jornal O Progresso (1912) destaca a respeito da instrução pública que o homem não foi “creado somente para comer e multiplicar-se; que era um ser pensante (...)”.

Ou seja, o conceito de vocação era propagado como mecanismo de indução à escolha da profissão uma vez que a educação das crianças era considerada como extensão das funções femininas do lar. Além disso, entendia-se que o magistério era uma possibilidade de conciliação aos trabalhos domésticos. A partir de tal visão pode-se dizer que a inserção do feminino na docência é resultado da junção das ideias liberais e da naturalidade das diferenças biológicas. Dessa forma a presença das mulheres na docência significou também uma grande oportunidade de transição do espaço privado para o público.

Considerando a relevância atribuída à escola, o magistério e a educação eram precebidos como instrumentos essenciais para a formação de docentes que pudessem atuar no ensino. Assim, as escolas normais eram vistas como meio para suprir a mão de obra de professores já que a meta era que o ensino se expandisse pelo país.

Nos primeiros anos republicanos as mulheres passaram a se fazer-se cada vez mais presentes nas instituições normalistas e as procuravam para adquirir preparo para a vida matrimonial, conhecimento e também para poderem sobreviver por meio de seu próprio trabalho.

Durante esse período exercer a docência representou praticamente a única profissão aberta para as mulheres apesar de algumas buscarem a enfermagem. No entanto, para as mulheres das classes média e dominante o trabalho era aceito somente em casos particulares, como viuvez ou falência econômica. Mesmo presentes no mundo público a sociedade burguesa esperava determinados comportamentos como: o cuidado do lar, do marido, dos filhos. Nesse caso, a instrução feminina deveria reverter-se em benefício da família e da pátria (Almeida, 2014).

Segundo Almeida (2007) as mulheres da classe dominante poderiam garantir a produção da vida por meio do casamento ou herança familiar, no entanto, para as que necessitavam garantir sua própria subsistência exerciam a função de governanta em casas de famílias mais abastadas, por exemplo.

Neste sentido, o magistério surgiu como uma grande alternativa já que para as mulheres da classe dominada, que não poderiam contar com o casamento seria necessário produzir meios materiais para sustentar as necessidades básicas da vida.

Nesse contexto a religião também exerceu o papel de edificar regras e valores na medida em que ditou “hábitos e costumes, normatizando corpos e esculpindo mentes, organizando assim uma escala axiológica que rege comportamentos e modela uma teia inconsútil nas relações entre homens e mulheres” (Almeida, 2007, p.15). Dessa forma, a religião teve grande influência na sociedade mantendo e reproduzindo tanto a subordinação das mulheres quanto a estrutura da sociedade de classes.

Entretanto, Anita Philipovsky apontou em 1912, que “[...] a Escola Normal prepara as moças especialmente para professoras, porém poucas são as que têm vocação e a indispensável dedicação para a carreira, e por este motivo vem a ser, quase todas, mestras bem medíocres” (O Progresso, ed. 595, 08 ago. 1912). A profissionalização feminina no magistério partiu do entendimento de que a educação escolar era uma extensão da educação dada no lar. A função de mãe na família era estendida à escola pela pessoa da professora; com isso criava-se o círculo que permitiria a profissionalização do magistério feminino. Nesse processo o magistério consolidou-se não apenas numericamente como profissão feminina, mas também como forma respeitável e institucionalizada de emprego para as mulheres de classe média. Contudo a predominância feminina aliou-se ao conceito de vocação, já que a mulher foi considerada naturalmente apta para o exercício do magistério, pois era dotada biologicamente com a capacidade de cuidar das crianças como parte de suas funções maternas. Assim o magistério tornou-se uma alternativa para as mulheres ingressarem no mercado de trabalho e terem sua própria renda.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA IMPRENSA

No Paraná no final do século XIX e início do XX, houve um entusiasmo literário em virtude da intensificação da vida social que possibilitou uma significativa ampliação cultural principalmente entre a elite da sociedade. Os filhos da elite enviados para estudar em outros

estados ou até mesmo na Europa, quando retornavam se organizavam para difundir a produção literária por meio da criação de clubes e associações.

Aliado à veiculação de ideias críticas sobre as relações sociais e a crescente industrialização ervateira, os jornais se expandiram neste contexto. Embora a importância das letras tenha aumentado nesse período a participação das mulheres ainda era pequena.

As mulheres cronistas publicavam em periódicos locais principalmente sobre assuntos considerados femininos, como moda e casamento. Essa foi para as mulheres, uma das entradas no campo literário. Como é o caso da escritora, feminista e educadora Mariana Coelho, a qual iniciou seu trabalho na imprensa escrevendo sobre moda (Bueno, 2010). Mariana (1857-1954) nasceu em Portugal e mudou-se para o Brasil em 1892. Teve uma intensa atuação literária no cenário paranaense publicou livros, artigos em periódicos locais, poesias, ensaios e atuou como colunista. A escritora consolidou seu pensamento e ideais denunciando o posicionamento da sociedade patriarcal e as subordinações das mulheres. Por meio de seus textos defendeu a emancipação das mulheres:

Concordemos; para estabelecer o verdadeiro e indispensável equilíbrio social, necessário se torna impellil-a a compreender que a situação que lhe compete é a que deve estar sempre em relação com a transição social operada, e que, para poder acompanhar o infallível movimento evolutivo, precisa cultivar e esclarecer o espirito — que deve, conseqüentemente, atingir mais ou menos, a tal respeito, um certo e justo paralelo com o espirito masculino. Ao contrario desta reforma imposta pela necessidade da epocha actual, a mulher continuará a ser sempre mais ou menos victima, sacnificada por um estulto egoísmo que não tem mais razão de ser. (Coelho, 1900, p. 7).

As produções escritas de Mariana Coelho apresentam um olhar diferenciado para a situação das mulheres no início do século XX possibilitando um entrelaçamento das relações entre as determinações de gênero e as contradições do sistema capitalista. Dentre as críticas que tece à educação das mulheres afirma que:

[...] permitir, hoje, que a mulher permaneça amarrada ao deplorável poste da ignoeqüivale a arriscal-a criminosamente á probabihdade de receber em compensação do seu mais nobre e espontâneo affecto, o completo anniqmllamento da alma, - o que quer dizer a sua principal ruína (Coelho, 1900, p. 8).

O posicionamento da cronista em relação ao movimento feminista está presente em sua produção escrita. O movimento feminista nasceu na França na primeira metade do século XIX, primeiramente como um movimento social e político de caráter reivindicatório que foi ganhando maior visibilidade e atenção. No Brasil, as manifestações feministas têm início com Bertha Lutz em decorrência de sua viagem à Londres pouco antes da primeira guerra mundial, contexto em que o feminismo da Inglaterra se encontrava em uma fase violenta. Bertha Lutz transformou-se em uma protagonista da defesa e difusão da emancipação da mulher por meio da imprensa e da tribuna.

A notícia da campanha feminista protagonizada por Bertha Lutz, reivindicava no jornal do Rio de Janeiro em favor dos direitos políticos e civis das mulheres brasileiras. Em Genebra, cidade da Suíça, ocorreu no ano de 1920 as deliberações do Congresso Feminista para o sufrágio da mulher, o qual estabeleceu dentre outras as seguintes deliberações: o direito ao voto feminino, emancipação política mediante a conquista do sufrágio e reformas que visem a igualdade de direitos, posição e possibilidades entre o homem e a mulher (Diário dos Campos, 1920). No Brasil, no ano de 1922, foi noticiado no Diário dos Campos que o Congresso Nacional estava tratando sobre a concessão do direito feminino ao voto, e no caso de ser concretizado seriam “[...] esposas cabalando esposos; noivos torcendo opiniões de noivos; irmãs arrastando os manos, um horror! Pelo visto está próximo o fim de reinado dos homens! Pobres infelizes que tecem a corda para o seu próprio enforcamento...” (Diário dos Campos, ed. 3184, 18 out. 1922). Esse trecho da notícia, revela a indignação com o provável direito ao voto por parte das mulheres que é salientado no início da mesma: “ao invés de tratarmos de qualificar maior numero de homens, tratamos de outorgar às mulheres o direito de voto...”. Ou seja, defendia-se a necessidade de qualificar os homens para o voto, ao invés de concedê-lo para as mulheres.

Com relação a dedicatórias contidas nos textos dos escritores do período Bueno (2010) relata que Mariana Coelho manteve uma rede de sociabilidade a qual permitiu que suas produções fossem publicadas e bem recebidas. Este hábito de publicar textos dedicados a alguém era uma prática comum entre os escritores, que funcionava como uma estratégia de divulgação da produção e ao mesmo tempo era uma forma de manter o vínculo editorial.

Além de Mariana Coelho, a escritora Anita Philipovsky (1886-1967), foi protagonista em seu contexto, pois teve uma atuação fora dos padrões esperados para a mulher do período republicano. Anita foi contista, poetisa e cronista que desenvolveu grande produção intelectual colaborando de forma frequente em numerosos jornais e revistas como: “Ilustração Paranaense”, Diário dos Campos, Prata de Casa, dentre outros (Santos, 2002). A poetisa ponta-grossense fez parte do grupo das escritoras pioneiras do Paraná publicando seus textos de forma notória no período de 1910 a 1930. Seu poema mais divulgado é “Os poentes da minha terra”, publicado pela primeira vez em 1936 no periódico curitibano “Prata de Casa”.

Anita Philipovsky, ao contrário de Mariana Coelho não iniciou a escrita de seus textos em uma coluna destinada aos assuntos femininos. Publicou desde o início seus poemas ou crônicas, que nada tinham em comum com apontamentos sobre moda ou casamento. A poetisa escrevia sobre suas impressões acerca de determinados assuntos por exemplo sua cidade natal e lugares que passou. Sua produção é construída de “[...] intermitências entre momentos de encantamento e momentos de profunda tristeza” (Santos, 2002, p. 41).

É possível reconhecer a visibilidade da escritora na medida em que o jornal curitibano “A Republica” noticiou a estada da escritora na capital com posteriores elogios. Ao replicar a notícia o jornal ponta-grossense Diário dos Campos vê o fato como algo importante, já que escritores interioranos seriam por vezes esquecidos na capital. Além disso destaca-se a forma com que Anita era vista: uma mulher que pensava, refletia e abordava questões sociais com superioridade.

Na entrevista concedida para o jornal da cidade em que dialoga sobre o meio literário ponta-grossense dos primeiros anos do século XX ao ser questionada se existem muitas mulheres no referido meio, a poetisa responde que o número feminino de escritoras é muito limitado “[...] as senhoritas ponta-grossenses dedicam-se com preferência à música e à pintura, e creio que se pode atribuir esse desamor às letras, à crítica, que essa arte mais que todas as outras esta sujeita” (O Progresso, ed. 594, 6 ago. 1912). Dentre as mulheres que fazem parte desse meio Anita destaca as seguintes: Marianna Duarte, Giovanina Bianchi, Josephina Rodrigues, Cordelia do Amaral, Daluz Pupo, Maria Luiza Xavier e Herminia Cordeiro.

Anita expõe a falta de instrução pública que prepare e dê condições para que as mulheres possam refletir, serem críticas do seu contexto e da sua realidade. Faz duras críticas à educação oferecida como neste excerto: “Daluz Pupo, por exemplo, educada em Ponta Grossa, onde não há meios para se adquirir o preparo preciso para habilitar-nos a expor uma ideia, já tem publicado alguns sonetos bem imaginados” (O Progresso, ed. 594, 6 ago. 1912).

Além das escolas “formais” de ensino, ofertava-se também aulas particulares como no anúncio a seguir: “Aula particular. Acha-se aberta uma aula particular, para meninas, do dia 7 de Janeiro e diante. Tratar à Rua Sete de Setembro n.º 25 (O Progresso, ed. 357, 31 dez. 1910)”. Como apontado no anúncio a aula particular era especificamente destinada para meninas. Salienta-se a dualidade “rígida” existente, ou seja, a separação rigorosa entre os sexos a qual não limitava-se a existir somente nas “escolas formais”.

Além disso, anunciava-se na cidade aulas de línguas estrangeiras: “Claudio Borges ensina inglês e alemão e traduz outras línguas para o português e vice-versa. Rua Frei Caneca n. 1 (Diário dos Campos, ed. 1550, 7 fev. 1916)”. O anúncio refere-se a aulas particulares de inglês e alemão e não especificou para qual sexo. Embora a cidade contasse com aulas de línguas, poderiam frequentá-las somente os indivíduos que tivessem condições para custear. Anunciava-se também, aulas para “os moços” que quisessem instruir-se militarmente, para tanto, oferecia-se aulas de esgrima e evoluções no Instituto Dr. João Candido no período da noite. As aulas eram ministradas pelo instrutor Lopes Vieira e eram restritas aos homens (Diário dos Campos, 1916).

Enquanto os homens ocupavam-se com a administração de grandes propriedades, das indústrias e comércio as mulheres anunciavam no jornal seus trabalhos independentes a fim de conseguirem uma possível clientela, como por exemplo, os textos escritos por Bianchi e Cecchi que anunciavam aulas de pintura no Atelier de Pintura. Também era comum encontrar nos textos de jornais anúncios de aulas de bordado e costura, lavagem e engomagem de roupas, serviços de empalhar cadeiras e móveis de todo e qualquer formato, confecção e reforma de chapéus para senhoras e meninas (O Progresso, ed. 245, 8 jan. 1910).

Embora a maioria dos escritores que publicavam fossem homens é perceptível a presença das mulheres nas páginas dos jornais. Seus textos em tom de denúncia ou expressão de sentimentos retratam o contexto de desigualdade e atribuição de papéis impostos pela sociedade.

A identidade feminina foi construída com atribuição de papel distinto do homem, contudo o jornal tornou-se um veículo de comunicação importante, por propagar e democratizar o acesso ao conhecimento.

CONCLUSÕES

A veiculação de textos jornalísticos difundia além das ideias da época comportamentos e atitudes que as mulheres deveriam ter. Predominantemente, a produção do jornal era feita por homens, contudo algumas intelectuais conseguiram se inserir nesse espaço e apresentar suas críticas.

A presença de mulheres que escreviam para os jornais além de divulgarem seus trabalhos, propunham-se a discutir as relações de patriarcado e de dominação. A desigualdade não se restringia somente às condições materiais, mas também aos papéis atribuídos às mulheres, que retratavam o controle e a exploração. O baixo nível de educação feminina reafirmava a visão conservadora da sociedade e a distinção entre o homem e a mulher perpetuando a supremacia masculina; o “destino” das mulheres era o casamento e a maternidade. Poucas mulheres circulavam em espaços predominantemente masculinos e a profissão “melhor vista” pela sociedade foi a docência, as próprias leis colocavam as mulheres como submissas ao referenciar-se à alguma mulher era comum que tal referência estivesse ligada ao marido, ou ao pai quando solteira.

Embora o modelo imposto pela sociedade naquele contexto definisse como padrão a mulher do lar e do espaço privado, as escritoras buscaram alcançar autonomia e conquistaram admiração e reconhecimento intelectual.

Neste contexto, destaca-se a educação como um ponto central que possibilitou a inserção das mulheres no meio jornalístico. Por outro, a expansão da imprensa favoreceu a democratização do acesso à informação e à leitura para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. 2ª edição revisada e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2006.

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 55-96.

ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

BUENO, A. **Educação e participação política**: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940). 124 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

COSTA, Emília V. da. **Da senzala à colônia**. 4a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

COELHO, M. Emancipação da Mulher. In: MARTINS, R; COELHO, A. **Breviário**: Revista de Arte. Curitiba: Ano 1, nº 1. 1900.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ed. 1220, 26 nov. 1914.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ed. 1550, 7 fev. 1916.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ed. 3184, 18 out. 1922.

MARX, K. **O manifesto do Partido Comunista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORONHA, O. M. **Ideologia, trabalho e educação**. Campinas: Alínea, 2004.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU/MEC;Edusp, 1974.

O PROGRESSO. Ponta Grossa. ed. 245, 8 jan. 1910.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ed. 246, 11 jan. 1910.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ed. 357, 31 dez. 1910.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ed. 594, 6 ago. 1912.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ed. 595, 08 ago. 1912.

PARANÁ. Regulamento Geral da Instrução Pública de 8 de abril de 1857. In: Miguel, M. E. B.; Martin, S. D. (Orgs.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/coletanea_da_documento_educacional_paranaense_no_periodo_de_1854_a_1889.pdf. Acesso em 29 abr 2022.

PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública Primária de 13 de maio de 1871. In: Miguel, M. E. B.; Martin, S. D. (Orgs.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/coletanea_da_documento_educacional_paranaense_no_periodo_de_1854_a_1889.pdf. Acesso em 29 abr 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, L. C. **Anita Philipovsky**: a princesa dos campos. Ponta Grossa: UEPG. 2002.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 198.

SOUSA, N. L. **O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley**. 121 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

Recebido em: 29 de junho de 2024

Aprovado em: 01 de agosto de 2024